

Sessenta anos depois

L. P. Macedo Carvalho

.....



Imensamente injusto é pretender, nesta existência tão curta, não datar, não relatar, não referenciar fatos históricos e antepassados que nos legaram exemplos e valores inolvidáveis a serem preservados e transmitidos às novas gerações.

O Brasil às vésperas da guerra

Há sessenta anos, o Brasil contava pouco mais de quarenta milhões de habitantes, irregularmente distribuídos pelo território nacional. A maior parte da população concentrava-se na faixa estreita ao longo do litoral. Somente o Distrito Federal e São Paulo tinham mais de um milhão de pessoas. O interior, referência à zona rural, registrava baixa densidade populacional, exceto a região paulista cafeeira, a campanha gaúcha de criação de gado, a área de mineração das Alterosas e as plantações de borracha da Amazônia.

Os poucos ricos e a pequena classe média alta, ostentando um padrão de vida superior às suas poses, residiam nos bairros nobres das capitais estaduais, em confortáveis e até mesmo luxuosas casas, cercados por empregados domésticos de cor. No dizer de Levi-Strauss – etnólogo francês de origem judaica, autor

de *Tristes Trópicos* e professor da Universidade de São Paulo –, o Rio de Janeiro, na época, “parecia uma grande sala de estar”, animada por conversas entremeadas de frases ou termos em francês, limitadas à superficialidade. A sociedade era classista e preconceituosa, não podendo ser rotulada de racista.

O lazer, para o povo em geral, era o cinema, o teatro, o futebol, a praia, o piquenique, a visita ao Jardim Zoológico, a freqüência a bailes, *dancings* e gafieiras. De maneira geral, os esportes e as atividades físicas tinham prática restrita aos profissionais e militares. Não davam prestígio nem asseguravam enriquecimento. Eram até vistos com certas reservas. Apenas as elites jogavam tênis, golfe, pólo, nadavam e velejavam. O voleibol, o basquetebol e o hipismo não eram muito difundidos. O turfe, afora os viciados em jogo, atraía predominantemente ricos e classe média.

A Igreja Católica exercia ponderável influência na população, indistintamente, e na política.

Valorizavam-se as virtudes preconizadas pelo Cristianismo, ainda que o sincretismo religioso proliferasse nas camadas mais baixas da população. A coesão e o controle do grupo familiar, exercidos pela Igreja sobre os fiéis, faziam-se sentir intensamente. A moral era machista e hipócrita.

Os índices de alfabetização e escolaridade eram baixíssimos. As faculdades e as escolas secundárias, com raras exceções, preparavam a juventude unicamente para a vida em sociedade. Os currículos davam ênfase às Humanidades e às Artes. O modelo seguido era o europeu, especialmente o da França. Os livros didáticos adotados moldavam-se em exemplos da cultura de Lisboa, Londres ou Paris. O número de mulheres matriculadas em cursos superiores era insignificante. Admitia-se como profissões femininas somente o magistério primário e a enfermagem. Considerava-se o ensino particular religioso o melhor, embora o de alguns estabelecimentos de ensino público fossem reconhecidamente de boa qualidade, tais como o Colégio Pedro II, o Colégio Militar e os institutos de Educação.

As pessoas alfabetizadas e com recursos mantinham-se informadas pela leitura de jornais e periódicos editados nas capitais, além de assistirem aos noticiários cinematográficos estrangeiros exibidos nos “cine-teatros” em quase todas as cidades. Os da UFA alemã, as Actualités Françaises, os da Paramount, da RKO e da 20th Century Fox norte-americanas e da Movietone inglesa dominavam as telas e as salas de projeção, a maioria de sua propriedade, procurando, por meio da propaganda, defender os interesses das respectivas nações que representavam. As camadas mais cultas liam publicações alienígenas – o *National Geographic Magazine*, a *Life*, a *Illustration Française*. Dos 21 jornais editados na capital cultural do País – Rio de Janeiro –, os ingleses subsidiavam o *Correio da Manhã*, enquanto a

Embaixada alemã, a *Gazeta de Notícias*, o *Meio-Dia*, *O Imparcial*, *A Pátria*, *A Nação* e o *O Jornal*. As únicas agências de notícias do exterior eram a Associated Press, a United Press, a Reuters, e a alemã Trans-Oceania, sendo dependentes todos os jornais de papel importado. No âmbito interno, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) divulgava as realizações do governo Vargas, exaltando as figuras do chefe de Estado e buscando ganhar a opinião pública.

O rádio, penetrando em todas as classes sociais do País, apesar do preço elevado dos aparelhos receptores – importados –, desfrutava da vantagem de atingir os analfabetos ou não. Assim, o brasileiro dos centros urbanos e do interior, dos morros e da zona rural, à exceção dos poucos mais esclarecidos, conservava-se desinformado e alheio sobre o que ocorria fora do seu pequeno e restrito mundo e da guerra prestes a eclodir.

A violência urbana não constituía preocupação. Vez por outra, apenas notícias de crimes passionais despertavam a atenção pública. A crônica social e os resultados dos jogos de futebol atraíam leitores e ouvintes. Os brasileiros, em todos os níveis, levavam comodamente a sua vidinha particular e sentiam-se felizes sem maiores ambições.

A educação, a saúde e o saneamento constituíam problemas crônicos, agravados pela desnutrição e pela falta de água tratada para abastecimento. A mortalidade infantil atingia alto índice, e a expectativa de vida era, em média, de 42 anos.

O Brasil era um país essencialmente agrícola, monocultor de café. Algodão, cana-de-açúcar, cacau e alguns produtos de origem animal ocupavam lugar de destaque na economia. Exportávamos, também, cristal de quartzo, minério de ferro e borracha. Na agricultura, predominava a tração animal e a força muscular humana. A Nação brasileira dependia



Desfile da tropa brasileira, no Rio de Janeiro, antes da partida para Itália

de investimentos estrangeiros que somavam US\$2,5 bilhões, sendo 48% de capital inglês, 25% de norte-americano, 18% de canadense e 9% de outras nacionalidades. Importava-se tudo, de gasolina a relógios. Não dispúnhamos de refinaria, siderurgia e hidrelétrica. A Standard Brands fornecia enlatados. Os moinhos eram controlados por capital estrangeiro. As comunicações faziam-se pelo serviço dos Correios e de telegrafia, quando as linhas não estavam interrompidas. As ligações com o exterior se davam através de cabos submarinos operados pela British Western Telegraph Co., America All-America Cables & Radio Inc. e Compagnia Italiana dai Cavi Telegrafici Sottomarini. A telefonia local e interurbana era por demais precária, sendo um autêntico sofrimento falar ao telefone. O transporte de longa distância, nacional ou internacional, processava-se por navios. A cabotagem estava confiada à Companhia Nacional de Navegação Costeira e ao Lloyd, que exploravam os transportes marítimos entre as várias ilhas do arquipélago brasileiro, desde a Baía Amazônica, atra-

vés do São Francisco, até o Prata. A rede ferroviária não interligava as várias regiões do País por um sistema nacional. Não havia padronização de bitola e equipamento. As ferrovias funcionavam controladas por empresas na maioria inglesas. Imensos vácuos ferroviários ocorriam. As poucas rodovias existentes padeciam por sérias limitações, ficando intransitáveis em caso de mau tempo. Inexistia interligação estadual. As estradas, na maioria, nem sequer mereciam esse nome, exceto a Rio-Petrópolis, a Curitiba-Paranaguá e trechos da Rio-São Paulo. A aviação comercial, em fase pioneira, enfrentava graves problemas por falta de infra-estrutura apropriada. As companhias nacionais em operação eram a Varig, a Vasp e a Cruzeiro do Sul. Os vôos internacionais foram entregues ao Sindicato Condor, à Aeropostale e à Panair do Brasil, que tinham também concessões de linhas para o interior, além de cobrirem todo o litoral, desde Natal até Buenos Aires. O transporte urbano de massa, nas principais capitais, era feito com bondes elétricos, trens e ônibus em número reduzido, que circulavam

lotados nas horas de movimento. Poucos eram os táxis e só os ricos possuíam automóveis. Veículos tracionados por muares recolhiam o lixo e, ao mesmo tempo, sujavam as ruas e dificultavam o trânsito, também prejudicado por carroças e carrinhos de mão.

A ditadura do Estado Novo, apoiada na Polícia e nas Forças Armadas, aproveitava-se da desorganização e da debilidade da oposição. Os estados perderam autonomia. A unidade da Nação foi mais valorizada do que o federalismo. As relações trabalhistas avançaram. O governo de Vargas, inicialmente simpatizante do regime hitlerista, tolerou a implantação de um quisto racial germânico em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, visando transformar o Brasil em celeiro e reserva de matéria-prima para o III Reich. Fechou os olhos à instalação de 76 filiais do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores alemão, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e à Amazônia, coordenados pela Embaixada da Alemanha.

Defendíamos o pacifismo e a neutralidade. A última experiência de combate das Forças Armadas fora a Guerra da Tríplice Aliança, travada nos idos de 1870. Todo o armamento do Exército procedia de diferentes países estrangeiros. Os fuzis e mosquetões eram Mauser 1895/1908 e os canhões Krupp e Schneider 75, alemães e franceses. As metralhadoras, Madsen e Hotchkiss. Os morteiros, Brandt. O Exército era hipomóvel. A doutrina vigente fundamentava-se na defensiva aplicada pelos franceses na Primeira Guerra Mundial, ou “a guerra para acabar com todas as guerras”. A Marinha de Guerra restringia-se aos velhos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, bem como a alguns navios mineiros-varredores. A aviação, como Força independente, ainda não fora criada. Aos poucos meios aéreos que integravam as Forças Terrestres e Navais cabia a única missão relevante e integradora da Nação – o Correio Aéreo Mi-



O Presidente Vargas despede-se da tropa a bordo do navio *General Mann*

litar. A defesa do litoral, em particular do estratégico saliente nordestino, evidenciava a vulnerabilidade da Nação, dada a carência de efetivos militares, de material bélico, de plano de mobilização e a hipótese de conflito considerada ser apenas na fronteira sul.

Eis o quadro do Brasil de antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Tal situação desoladora quase nos submeteu à humilhação de assistir, impassíveis, ao desembarque de tropas norte-americanas nos pontos-chaves de defesa do saliente nordestino. Vale ressaltar, na ocasião, a decisiva atuação do General Góes Monteiro que, por hábeis manobras políticas, desencadeou, a curto prazo, um plano de emergência para a defesa do litoral brasileiro.

Como e por que entramos na guerra

Mas, por que o Brasil foi levado à guerra? Alguns motivos justificam tal atitude: a força da cultura cristã ocidental, a sua expressão geopolítica, razões ideológicas, o espírito de solidariedade pan-

americano e, afinal, porque se viu agredido. De índole pacífica, nossa gente tinha fortes motivos para se manter neutra, sobretudo pela contribuição dada à etnia brasileira e ao desenvolvimento socioeconômico do País por grandes contingentes de imigrantes italianos e alemães, estabelecidos no Sudeste e no Sul do Brasil.

A expressão geopolítica do nosso território subcontinental (quinto maior do mundo), com 8.000km de costa debruçada sobre o Atlântico Sul, dotado de ponderável efetivo demográfico e de recursos estratégicos, também não nos permitia ficar neutros no conflito mundial.

Ainda que vivêssemos sob regime ditatorial, simpático aos governos de Berlim e Roma, e sofrêssemos certa influência germânica, o povo brasileiro, amante da liberdade, repudiava a ideologia nazifascista.

Membro da comunidade americana, o Brasil participou da I Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas realizada na cidade do Panamá, em outubro de 1940, para traçar uma estratégia de defesa do hemisfério ocidental, ficando deliberada a neutralidade dos países desse lado do Atlântico, ao longo de uma faixa de segurança de 300 milhas em torno do continente. Tal medida visava, principalmente, garantir o suprimento das indispensáveis matérias-primas aos EUA.

Com a queda da França, teve lugar outra Reunião de Consulta de Chanceleres em Havana, da qual resultou a declaração conjunta de que “todo atentado de um Estado não-americano contra a integridade de um Estado americano seria considerado ato de agressão contra todos os Estados do continente”, princípio consagrado da Doutrina Pan-Americana.

Em 28 de janeiro de 1942, no encerramento da III Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, diante do ataque dos japoneses aos EUA em Pearl Harbor, o Brasil

rompeu relações diplomáticas com as potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

A partir de 9 de dezembro de 1941, Hitler dera liberdade ao Comando Geral dos Submarinos para atuar no interior das águas da Zona de Segurança Pan-Americana. Logo em seguida, começaram os torpedeamentos de navios mercantes brasileiros, nas costas dos EUA e do Caribe.

Em 15 de junho de 1942, Hitler, reunindo-se com o Almirante Raeder, decidiu lançar uma ofensiva submarina contra a navegação marítima no litoral brasileiro e destruir os portos do Rio de Janeiro, de Recife, Salvador e Santos, em razão de o Brasil estar se valendo da neutralidade para exportar matérias-primas estratégicas e alimentos para os EUA e a Inglaterra. Essa missão foi confiada a uma flotilha de submarinos baseada na França ocupada e constituída de oito submersíveis de 500t e dois de 700t, que era reabastecida pelo submarino U-604 ao largo da nossa costa. A essa flotilha juntaram-se depois submarinos italianos. Em dois dias, cinco navios mercantes brasileiros foram torpedeados e postos a pique a poucas milhas de nossa costa, causando a perda de mais de 500 vidas e do efetivo de um grupo de artilharia de dorso transferido para o Nordeste – a primeira perda de pessoal militar sofrida por ação do inimigo.

Era a guerra não-declarada, a pretexto de revidar a ação diplomática legítima de rompimento de relações com o Eixo. A opinião pública brasileira exigiu e o Governo do Brasil, então, reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha, a Itália e o Japão em 22 de agosto de 1942.

Inicialmente, os EUA não se preocupavam com a defesa do hemisfério americano nem queriam a presença de forças brasileiras na África ou na Europa. Consideravam-nos despreparados e sem experiência para participar do conflito mundial, julgan-

do que as tropas brasileiras trariam mais problemas do que ajuda.

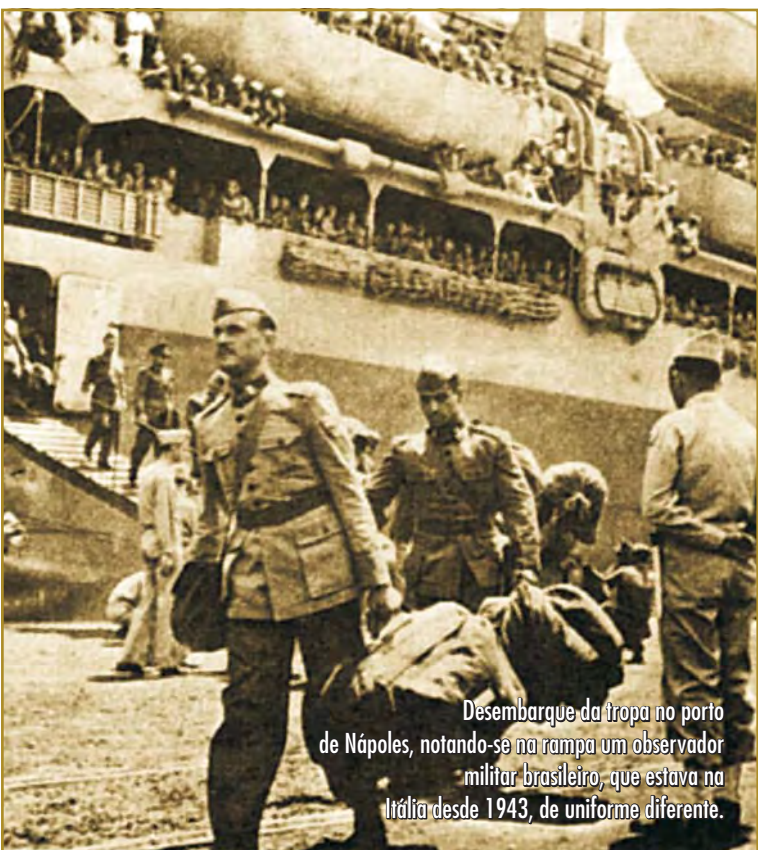
Só muito após terem-se confirmado as informações transmitidas por Churchill a Roosevelt sobre a Operação Félix – que previa tropas alemãs cruzarem a Espanha, apossarem-se de Gibraltar, instalarem-se na África e se utilizarem de Fernando de Noronha como base de submarinos para atuarem no Atlântico Sul – é que admitiram a possibili-

tro de Operações do Mediterrâneo, os norte-americanos apresentaram uma alternativa de que ocupássemos as Guianas Francesa e Holandesa ou os Açores. Em face da recusa do Governo brasileiro à tal proposta, acabaram concordando que enviássemos uma força expedicionária à Itália.

A chegada da Força Expedicionária Brasileira à Itália

Remontemos a sessenta anos atrás. Estamos em 16 de julho de 1944. São, aproximadamente, 7 horas da manhã de um ensolarado domingo. O navio transporte de tropas norte-americano *General Mann* singra as calmas águas da Baía de Nápoles, com o Vesúvio à vista. A bordo, três capelães militares rezam missa de ação de graças pela chegada à Itália, sem incidentes, do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) – 5.081 brasileiros, entre oficiais e praças, sob o comando do General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, gaúcho de São Gabriel, “terra dos marechais”, então com 61 anos. Durante os 14 dias de viagem, o *General Mann* navegara escoltado até Recife por aeronaves da Força Aérea Brasileira e belonaves da Marinha do Brasil (contratorpedeiros *Mariz e Barros*, *Marcílio Dias* e *Greenhalg*); a partir daí, pelo cruzador *Omaha* e dois contratorpedeiros norte-americanos; e de Gibraltar em diante sob escolta de aviões e navios de guerra ingleses.

No cais, aguardavam o Coronel João Pinto Paça, o Tenente-Coronel Emanuel Marques Porto, o Tenente-Coronel Sebastião Augusto de Carvalho e o Major Antônio Henrique Almeida de Moraes que, há meses, já se achavam em solo italiano, como observadores militares brasileiros. Mal o navio atracou, o Tenente-General Jacob L. Devers, comandante do Teatro de Operações do Mediterrâneo, acom-



Desembarque da tropa no porto de Nápoles, notando-se na rampa um observador militar brasileiro, que estava na Itália desde 1943, de uniforme diferente.

dade de as forças do Eixo ameaçarem o saliente nordestino brasileiro e comprometerem a segurança não só do hemisfério americano mas as ações em curso nos teatros de operações da China-Burma-Índia e do Mediterrâneo. Mesmo assim, desejavam do Brasil apenas a cessão de bases aeronavais, minerais e matérias-primas estratégicas, além do fornecimento de alimentos. Ante as pressões de Osvaldo Aranha e de Dutra para o envio de três divisões ao Tea-

panhado de vários oficiais, entre os quais alguns brasileiros, subiu a bordo para dar as boas-vindas ao General Mascarenhas de Moraes e à tropa recém-chegada. Uma guarda de honra do Exército dos EUA prestou as continências de praxe, após o que, conforme o cerimonial marítimo, o General Mascarenhas de Moraes foi o primeiro a desembarcar, às 13 horas, seguido pela tropa durante quase duas horas e quarenta minutos.

Daí a tropa se dirigiu, a pé e por via férrea, para o estacionamento de Agnaro, nas redondezas do subúrbio de Bagnoli, causando grande espanto à população italiana devido aos uniformes verde-oliva, que lembravam os usados pelos alemães. No aprazível bosque que cobria a ampla cratera do vulcão Astro-ronia, antiga reserva de caça dos reis da Itália, os brasileiros bivacaram, submetendo-se à primeira rude prova de uma noite ao relento e das rações de reserva do tipo C, estranhas ao nosso paladar.

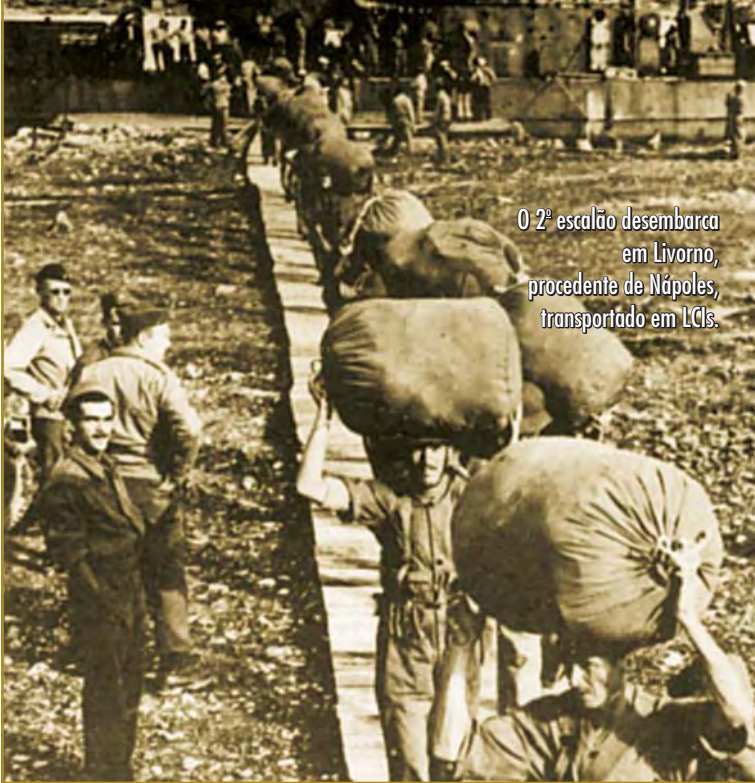
Lamentavelmente, em decorrência de falha de comunicação entre o comando da FEB no Brasil e os observadores militares brasileiros na Itália, a tropa não levava material de estacionamento nem de cozinha. Mas essa deficiência logo foi sanada. Como embarcava sem armamento, equipamento e viaturas, diariamente ocupava-se em instrução de ordem unida e geral, de marchas para manter o preparo físico e a disciplina, além de revistas médicas, tendo-se constatado vários casos de doenças venéreas e elevado percentual de problemas dentários entre oficiais e praças. Tais anormalidades se deviam ao fato de o 6º Regimento de Infantaria haver embarcado sem os necessários cuidados. Os escalões seguintes desembarcaram em melhores condições de saúde, apesar de estarem ainda fora dos padrões aceitáveis.

O General Mascarenhas empenhava-se em obter armamento e equipamento para a tropa, a fim de acelerar o treinamento e ficar em condições de logo

entrar em ação. Dez dias depois, recebeu ordem de deslocar a tropa para Tarquínia, onde seria distribuída a dotação orgânica das unidades. O deslocamento iniciou-se em 1º de agosto e terminou cinco dias mais tarde, sendo nesta data incluído o primeiro escalão da FEB no V Exército norte-americano.

De Littoria, a viagem deu-se por via férrea. Daí para frente, em caminhões. Nos quinze dias de permanência em Tarquínia, a tropa recebeu equipamento e armamento, após o que, já com suas próprias viaturas, rumou para Vada, local em que se submeteu a intenso período de treinamento. O deslocamento noturno causou uma série de acidentes por inexperiência dos motoristas de dirigir sob condições absolutas de *blackout*. Finalmente, terminado o período de teste em Vada, foi constituído um grupamento tático sob o comando do General-de-Brigada Zenóbio da Costa para substituir, na noite de 15 de setembro de 1944, elementos do II/370º Regimento de Infantaria e do 434º Batalhão de Artilharia Antiaérea, norte-americanos, na região de Vecchiano, 8km ao norte de Pisa. Tinha, assim, a FEB o seu batismo de fogo.

Somente em 6 de outubro chegariam a Nápoles os 2º e 3º escalões da FEB, o “grosso” da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), pelos navios *General Mann* e *General Meigs*, sob o comando, respectivamente, do General-de-Brigada Osvaldo Cordeiro de Farias – comandante da Artilharia Divisória – e do General-de-Brigada Olympio Falconieri da Cunha – comandante dos órgãos não-divisionários –, com efetivo total de mais 10.376 homens. Permaneceram embarcados dois dias à espera de 55 LCI (*Landing Craft Infantry* – Embarcação de Desembarque de Infantaria), com capacidade média de duzentos homens, que os conduziriam a Livorno em uma desagradável viagem de 36 horas em mar encapelado. O porto de Livorno se achava impraticável para atracação de navios de



O 2º escalão desembarca em Livorno, procedente de Nápoles, transportado em LCI's.

grande porte em função de recentes afundamentos de embarcações e da destruição das docas.

De Livorno, deslocaram-se em caminhões para a Quinta Real de San Rossore, próximo a Pisa, onde ocuparam acampamento já montado, dotado de todos os recursos, e foram distribuídos equipamento e armamento.

Os 4º e 5º escalões da FEB, constituindo o depósito de pessoal, desembarcaram em Nápoles,



Uma Patrulha da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária em Montese após o glorioso feito de sua conquista.

respectivamente, em 7 de outubro de 1944 e 22 de fevereiro de 1945. Deslocaram-se daí para Livorno, em navio de menor calado e alguns LCI, e prosseguiram em caminhões com destino à Quinta Real de San Rossore e Staffoli.

O 4º escalão era comandado pelo Coronel Mário Travassos – comandante do Depósito de Pessoal – e o 5º, pelo Tenente-Coronel Ibá Jobim Meirelles, somando 9.850 homens. Foram transportados para a Itália, em aviões da Força Aérea dos Estados Unidos, 138 oficiais, praças, capelães, correspondentes de guerra, elementos do Banco do Brasil, o Conselho Superior de Justiça Militar, a 1ª Auditoria e enfermeiras. Achava-se, dessa forma, encerrado o transporte do que se convencionou chamar, impropriamente, de “primeiro escalão da FEB”, por se pretender enviar à Itália um corpo de exército, as três divisões de infantaria, o que não se concretizou por falta de recursos humanos e materiais. Apenas um ano mais tarde, em julho de 1945, após o término da guerra, passou a denominar-se, então, corretamente, de Força Expedicionária Brasileira.

A presença do Exército Brasileiro na guerra

A chegada da FEB à Itália assinala a presença militar brasileira na Segunda Guerra Mundial. Era a primeira tropa ibero-americana, integrada por brancos, negros, pardos e amarelos, a cruzar o Atlântico para lutar além-mar contra experiente inimigo de atestada capacidade de combate, sob condições climáticas e em terreno adversos, na “bota” italiana e colaborar na libertação da Europa do jugo nazifascista.

Numa feliz síntese, o comandante da FEB relata a trajetória brilhante das Armas brasileiras na campanha da Itália:

“Após oito meses de combates constantes, em que, como todos os exércitos, sofremos pesados reve-

ses e obtivemos brilhantes vitórias, o balanço de uns e outras é ainda favorável às nossas armas.

[De 16 de setembro de 1944 a 2 de maio de 1945], a FEB percorreu, conquistando ao inimigo, às vezes palmo a palmo, cerca de 400 quilômetros, de Lucca a Alessandria, pelos vales dos rios Serchio, Reno e Panaro, e pela planície do Pó; libertou quase meia centena de vilas e cidades; sofreu mais de 2.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos; fez o considerável número de mais de 20.000 prisioneiros; venceu pelas armas e impôs rendição incondicional a duas divisões inimigas. É registro deveras honroso para uma divisão de infantaria. Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possibilidades materiais, porém plenamente consentâneo com a noção de dever e amor à responsabilidade revelados pelos nossos homens em todos os degraus e escalões da hierarquia e em todas as crises e circunstâncias da campanha (...)

Regressamos com feridos ainda sangrando dos últimos encontros, mas nunca, pela nossa atuação, o prestígio e o nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos. É bem verdade, e vale a pena afirmar, que preço bem alto pagamos por esse resultado. O sangue de nossos bravos camaradas tingiu de vermelho as belas verde-escuras montanhas dos Apeninos e algumas centenas de nossos companheiros não retornarão à Pátria conosco e dormem o sono eterno [sob o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no aterro da Glória].

[Em apenas 239 dias de ação contínua] muitos foram os triunfos que incorporamos ao rico patrimônio e às nossas tradições militares. Camaiore, Monte Prano, Barga – no vale do Serchio; Monte Castello, La Serra, Castelnuovo – no vale do Rio Reno; Montese, Zocca, Marano su Panaro, no vale do Rio Panaro; Collecchio e Fornovo di Taro – na planície do Pó.

Estes nomes se inscreverão, por certo, dentre aqueles que recebem o culto de gerações patricias,



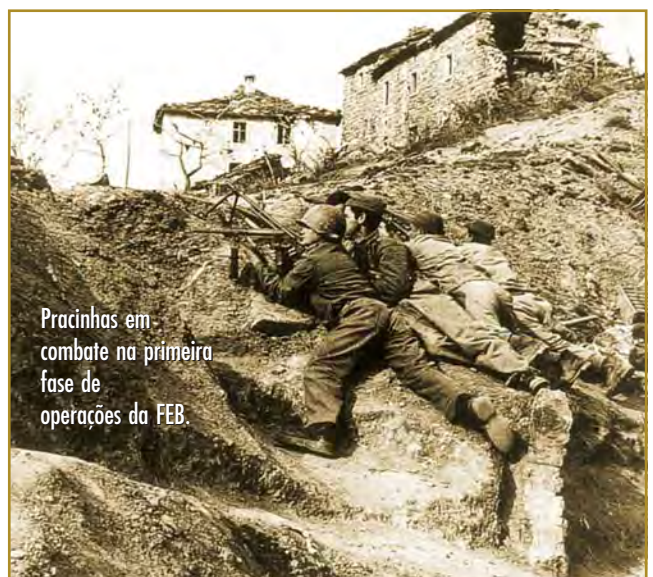
Artilheiros brasileiros em posição. Com um canhão 105mm foi disparado o primeiro tiro pela Artilharia da FEB.



Estacionamento do 1º Grupo de Caça brasileiro, em Pisa.



General Zenóbio da Costa antes do seu batismo de fogo.



Pracinhas em combate na primeira fase de operações da FEB.

porque na Itália, como nos campos de batalha sul-americanos, o Exército Brasileiro mostrou-se digno de seu passado (...)"

Conseqüências da participação do Brasil na guerra

No balanço final do tributo pago a Marte na Segunda Guerra Mundial, o Brasil colheu bônus e ônus, que chegam a questionar, às vezes, se saímos realmente vitoriosos do conflito.

Geopoliticamente pesamos e tivemos expressão estratégica mundial. Ficou comprovada a importância das ilhas oceânicas e do saliente nordestino do Brasil – cognominado o Trampolim da Vitória – na guerra anti-submarina e para as campanhas da China-Burma-Índia e da África, bem como, posteriormente, para a invasão da Itália.

Em reconhecimento aos esforços do Brasil referentes à contribuição dada à vitória aliada, assim se expressou Cordell Hull – Secretário de Estado dos EUA de 1943 a 1944 e Prêmio Nobel da Paz em 1945 – em suas *Memórias*:

“Sem as bases aéreas, a vitória na Europa e na Ásia não teriam ocorrido tão cedo. Essas bases, projetando-se à distância no Atlântico Sul, permitiram que voassem os nossos aviões, em grande número, para a África Ocidental, e dali para os teatros de operações na Europa e no Extremo Oriente; não fossem as bases brasileiras, não nos teria sido possível ajudar os ingleses no Egito, como fizemos no momento crucial da batalha de El Alamein (...) Enviou, ainda, o Brasil uma força expedicionária à Europa. Contribuiu sua Marinha de Guerra para o patrulhamento do Atlântico. No esforço para abastecer os EUA, perdeu o Brasil parte considerável da sua Marinha Mercante.”

No campo político, a maioria do povo brasileiro assimilou os ideais democráticos, a despeito das crises internas vividas pelo País até hoje. O sacrifício

exigido dos brasileiros na luta contra o totalitarismo nazifascista acabou por derrubar a ditadura de Vargas e restabelecer a democracia.

O impacto da guerra sobre nossa frágil economia se mostrou contraditório. Terminada a guerra, o Brasil perdera os antigos mercados europeus e não conseguiu manter os novos, voltando a ser tradicional exportador de algodão, cacau e café.

Sem considerar as perdas sofridas pela nossa Marinha Mercante, o pagamento de quase 2 bilhões de marcos referentes à compra de material bélico não entregue pela Alemanha, as despesas operacionais com as Forças Armadas num total de 361 milhões de dólares – cuja última prestação foi saldada em 1º de julho de 1954 –, o Brasil foi o único país a participar efetivamente das operações de guerra que se viu excluído da Conferência de Reparação de Guerra de Paris, deixando assim de receber qualquer indenização pelos prejuízos experimentados, conforme ficara acordado em Ialta e Potsdam.

Dos saldos em moeda forte congelados nos EUA e na Inglaterra, provenientes de exportações feitas durante e após a guerra, malbaratamos boa parte, importando automóveis, geladeiras, rádios, uísque, quinquilharias e aceitamos a aplicação de outra parte na recuperação de empresas estrangeiras instaladas no País – quase nada recebemos. O Brasil contribuiu, também, com quase um bilhão de dólares para a criação do Banco Internacional de Reconstrução. Assim, apesar de vencedores da guerra, na realidade acabamos economicamente pior que os vencidos.

A guerra revelou o despreparo das Forças Armadas para cumprir missões além-mar. Não possuíamos mentalidade de país marítimo, a despeito de nosso vasto litoral. A necessidade de centralização dos meios aéreos ensejou a criação da Força Aérea Brasileira. A evidente carência de um órgão militar de cúpula para coordenação do emprego das Forças Armadas em



A apoteose de Montese. Óleo sobre tela de Alvaro Martins — BIBLIX.

e europeus, dificilmente poderá cair no esquecimento e ver-se substituída nas páginas da nossa História Militar, que se confunde com a da própria nacionalidade. Constituiu-se num esforço sobre-humano, e mesmo num verdadeiro milagre, que tenhamos ido à guerra e nos superado ante o estágio de despreparo e

operações exigiu a organização do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e a criação da Escola Superior de Guerra. A Lei de Empréstimos e Arrendamentos, que tanto sangrou nossa debilitada economia, teve um aspecto positivo – proporcionou a modernização e revitalização material das Forças Armadas. A profissionalização militar, exigida pela doutrina norte-americana incorporada com a guerra, permitiu tomarmos conhecimento de nossas potencialidades e vulnerabilidades, abrindo caminho para a nacionalização do material bélico indispensável, com o desenvolvimento da indústria aeroespacial, naval e de material bélico, bem como com a elaboração de uma doutrina militar brasileira.

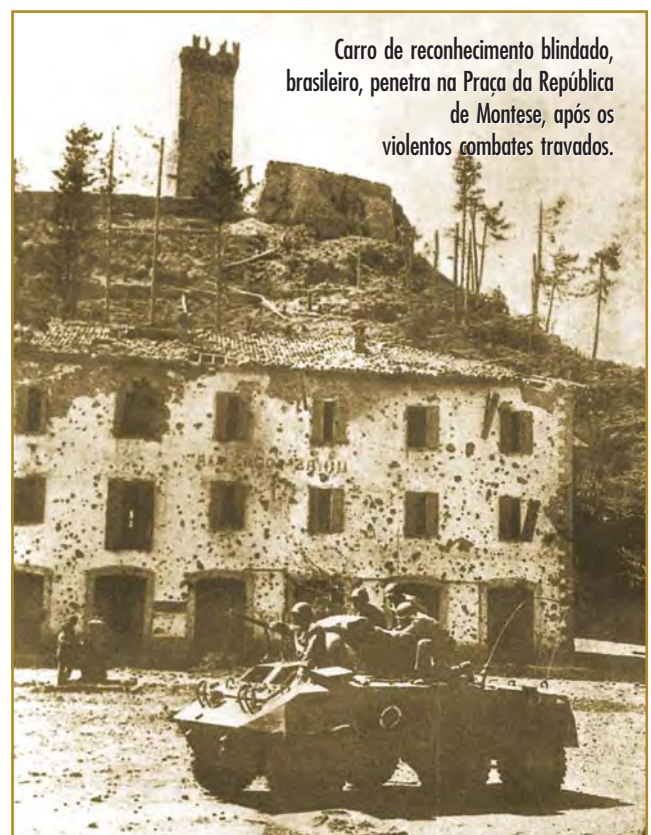
Na área social, verificou-se o reconhecimento da obrigatoriedade de valorização do homem, com a redução das chagas do analfabetismo, de doenças endêmicas, da fome e da miséria, que até hoje nos afligem.

Cicatrizadas as feridas do conflito, o povo brasileiro não alimentou ódio nem discriminação contra os antigos inimigos, devolvendo-lhes bens postos em custódia ou seqüestrados durante a guerra e acolhendo levas de imigrantes europeus e japoneses.

Inegavelmente, a epopéia escrita pela FEB, na Itália, junto com as marinhas de Guerra e Mercante, no Atlântico Sul, e a Força Aérea, nos céus brasileiros

subdesenvolvimento em que estávamos, cobrindo-nos de glórias. Infelizmente, a criminoso desmobilização prematura da FEB por motivos políticos, geradora de problemas insolúveis até o presente, nos impediu a absorção dos valiosos ensinamentos colhidos a duras penas nos campos de batalha.

Decorridos sessenta e três anos do reconhecimento do estado de guerra, que tantos sacrifícios e padecimentos nos trouxe, cumpre neste retrospecto histórico lembrar à comunidade internacional, particularmente aos aliados de ontem, a necessidade



Carro de reconhecimento blindado, brasileiro, penetra na Praça da República de Montese, após os violentos combates travados.



Mães, esposas, noivas e namoradas dão as boas-vindas aos expedicionários vitoriosos no cais do porto, Rio de Janeiro.

de reconhecer as injustiças cometidas na Conferência de Reparação de Guerra de Paris. Neste mundo egoísta de blocos competitivos e desumanos, a falta de visão perspectiva histórica poderá transformar a nova ordem mundial em desordem internacional.

O século XX caracterizou-se por ser o século das grandes guerras. Infelizmente, o terceiro milênio, em que pesem os incansáveis esforços pela paz, não se afigura muito animador.

A verdade está na arena da história, onde os agentes dos fatos, transfigurados pela lama, poeira, suor e tensão – aqueles que convertem audaciosamente o **querer** em **ser** pela tenacidade –, sentem o desafio da inferioridade momentânea e a transformam em triunfos, experimentam grandes emoções, conhe-

cem imensas devoções, desfrutam no final o sabor de elevadas realizações e, em situações adversas, se falham, tombam lutando galhardamente por um ideal, de forma tal que jamais terão lugar entre as almas abúlicas, amorfas e ignotas que não viveram a sensação da derrota ou da glória.

Por ocasião da guerra com os zulus em 1879, a Rainha Vitória declarou a Disraeli uma verdade inesquecível:

“Recebemos uma grande lição nunca seguida: jamais deixar o Exército e a Marinha tão sem fundos que sejam obrigados a grandes despesas às pressas (...). A verdadeira economia consiste em estarmos sempre preparados.”

Constitui, pois, é bom lembrar, autêntico des-serviço à nacionalidade brasileira, neste momento, não datar, não relatar, não referenciar acontecimentos históricos que deram rumos diferentes ao Brasil em seu processo evolutivo há sessenta anos.

L. P. Macedo Carvalho – Coronel de Artilharia e Estado-Maior, é natural do Rio de Janeiro. Membro de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. É presidente do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército.

Bibliografia

- ARAGÃO, José Campos de. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial”. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. LV, 1984, Rio de Janeiro.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.
- CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- HERRERA, Heitor Almeida. *A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1967.
- MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *A FEB pelo seu Comandante*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Faria, 1951.
- MCCANN Jr., Frank D. *The Brazilian American Alliance – 1937-1945*. Nova Jersey, EUA: Princeton University Press, 1973.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *O General Mascarenhas de Moraes e sua Época*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1983.
- _____. “As Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. *Revista do Clube Militar*, n. 294, 1990, Rio de Janeiro.
- MERCADANTE, Paulo. *Das Casernas à Redação*. Rio de Janeiro: Editora UniverCidade, 2004.
- Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. 5º volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985.
- NUNES, Roberto. “Notas sobre a Viagem do Primeiro Escalão da FEB para a Itália”. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 120, n. 4, out./dez. 1983, p.120-124.
- PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- ROHWER, Jurgen. “Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial”. *Navigator*, n. 18, 1982, Rio de Janeiro.
- SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.
- VIDAL, Germano Seidl. “Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial?” *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 15, 1990, Rio de Janeiro.
- WALTERS, Vernon A., General. *Silent Missions*. Nova York: Doubleday and Co., 1978.